

ANÁLISE CRÍTICA DA CONCEPÇÃO BÁSICA DO PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA)

CRITICAL ANALYSIS ON THE BASIC CONCEPTION OF PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA)

Regina Lúcia Couto de Melo

*Integrante da Comissão Articuladora do Fórum Mineiro de Educação Infantil
Formadora de profas do PNAIC-PRÉ da RME-BH, em 2017/2018
regismelo216@gmail.com*

A leitura do Decreto 9.765 (Brasil, 2019) que institui a Política Nacional de Alfabetização provocou lembranças remotas do “Ano internacional da criança” (UNESCO, 1979) e da Conferência Mundial da Infância (UNESCO, 1990) que estabeleceu como meta, a ampliação das atividades de desenvolvimento da primeira infância.

Me indago, com um certo grau de estranheza: qual o motivo de associar estes eventos internacionais ao Política Nacional de Alfabetização(PNA)?

Pelas evidências presentes naquela época e vontade política de alguns profissionais, os dois eventos internacionais, marcam uma inflexão no tratamento dado à “Educação Inicial.”

Nota-se que no final da década de 1970, organismos internacionais denominavam a Educação da 1ª Infância, de Educação Inicial!

Porém, apesar das evidências quantitativas foi necessário outro evento internacional, no mesmo ano (1990) para celebrar em Dakar, o Fórum Mundial de Educação para Todos, que produziu um “Marco de Ação” e postulou, entre outros objetivos : “estender e melhorar a proteção e educação integrais da primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.”

Percebo que a atual gestão (2019 – 2022) do MEC também deseja fazer uma inflexão nos processos de alfabetização, incluindo as etapas e modalidades da Educação Básica na PNA(2019). O decreto, que institui este Plano, foi uma escolha para abrigar uma receita única que serve a todos os “analfabetos”, da Educação Infantil à EJA. Desconsiderando tudo o mais que vêm sendo realizado no Brasil, de forma democrática, como as Diretrizes Nacionais da Educação Básica (2010), as diretrizes nacionais anteriores e posteriores a esta, coordenadas pelo Conselho Nacional de Educação. Podemos afirmar que em todas estas diretrizes nacionais, a leitura e a escrita foram contempladas

como uma das dimensões a serem trabalhadas pelas professoras. Na Educação Infantil, destacam-se os art. 7º, 8º e 9º da Resolução CNE/CEB nº5 (2009). Nesta etapa, os bebês e as crianças pequenas chegam na escola com experiências de linguagens; desta forma temos muitas situações a trabalhar, especialmente se entendemos estes sujeitos, como histórico e culturais. Esta pedagogia não pode ser entendida como processo de alfabetização.

Penso como formadora de professoras da Educação Infantil, então elaboro duas questões para a PNA :

A) Como atender à exigência de historicizar conceitos, no formato de um Decreto, sem consulta aos pesquisadores e especialistas do campo da Formação docente da Educação Infantil?

B) Como o MEC trabalhando com especialistas em alfabetização, ignora as pesquisas e o que foi produzido pelo Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil?

Talvez, teorizando sobre o ensino da língua falada e escrita, apenas como sons a serem apreendidos e grafados e vice versa, sem pautar as relações da criança com o mundo e da professora de Educação Infantil com a criança. Além disso, eliminando as complexidades do contexto escolar brasileiro, especialmente as desigualdades econômicas, sociais e raciais.

Assim, em nome da eficiência, exalta-se as evidências científicas nacionais e internacionais, transformando o político em tecnologia única do aprendizado da leitura e escrita para designar certo modo de tomada de decisão: valorizando a autoridade de especialistas e não dando visibilidade aos esforços empreendidos pelos sujeitos das ações educativas neste contexto.

Referências

ARGENTINA. Educación de Calidad para Todos: um assunto de direitos humanos. 29 e 30 de março de 2007; Buenos Aires, Argentina.

BRASIL. Decreto 9.765, Institui o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), 11 de abril de 2019. ____ . Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB). Diretrizes curriculares Nacionais da Educação Básica. Resolução nº 4, 13 de julho de 2010.

____ . Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB). Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Resolução nº 5, 17 de dezembro de 2009.

____ . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil - 1ªed, Brasília: MEC/SEB , 2016.

UNESCO . Ano Internacional da Criança. Nações Unidas. 1979

____. Conferência mundial da Infância. Nações Unidas. 1990

____. Fórum Mundial de Educação para Todos. Nações Unidas. 1990